

EDUCAÇÃO

V.12 • N.3 • Publicação Contínua - 2025

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2025v12n3p220-233



: O QUE DIZEM ACERCA DAS QUESTÕES INERENTES À SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR?

FAMILIES OF CHILDREN AT PUBLIC SCHOOLS IN MATO GROSS
SOUTH: WHAT DO THEY SAY ABOUT ISSUES INHERENT TO
SEXUALITY IN THE SCHOOL CONTEXT?

FAMILIAS DE NIÑOS DE ESCUELAS PÚBLICAS DEL SUR DE MATO
GROSSO: ¿QUÉ DICEN SOBRE CUESTIONES INHERENTES A LA
SEXUALIDAD EN EL CONTEXTO ESCOLAR?

Josiane Peres Gonçalves¹

Thalyne Arantes Garnica²

RESUMO

A sexualidade faz parte da vida humana e está relacionada a diferentes e complexos aspectos, como biológico, psicológico, social, econômico, político, cultural, ético, legal, histórico, religioso e espiritual. Logo, a sexualidade se faz presente em diversos segmentos da sociedade, inclusive em âmbito familiar e escolar. Mas o que dizem alguns familiares de crianças de escolas públicas sobre a sexualidade no contexto escolar? A partir dessa problematização, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de analisar os dizeres de familiares de crianças de escolas públicas de Mato Grosso do Sul acerca das questões inerentes à sexualidade em âmbito escolar. O levantamento de dados foi realizado, mediante entrevistas gravadas individualmente, com 8 familiares de crianças de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de três municípios do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados evidenciam que, devido a fatores religiosos, alguns familiares demonstraram resistência e receio de que sejam abordadas questões inerentes a sexualidade na escola, mas outros entendem que isso é necessário, inclusive porque as crianças já têm acesso a muitas informações equivocadas nas mídias sociais. Assim, entende-se que é importante que família e escola sejam parceiras para abordar questões inerentes à sexualidade com as crianças, a fim de superar preconceitos e contribuir com a construção de relações mais humanas e igualitárias.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil; Família Contemporânea; Sexualidade.

ABSTRACT

Sexuality is part of human life and is related to different and complex aspects, such as biological, psychological, social, economic, political, cultural, ethical, legal, historical, religious and spiritual. Therefore, sexuality is present in various segments of society, including in the family and school contexts. But what do some family members of children in public schools say about sexuality in the school context? Based on this problematization, a survey was conducted with the objective of analyzing the statements of family members of children in public schools in Mato Grosso do Sul about issues inherent to sexuality in the school environment. The data collection was carried out through individually recorded interviews with 8 family members of children in early childhood education and the initial years of elementary school from three cities in the interior of the state of Mato Grosso do Sul. The results show that, due to religious factors, some family members demonstrated resistance and fear of having issues inherent to sexuality addressed in school, but others understand that this is necessary, especially because children already have access to a lot of misleading information on social media. Therefore, it is understood that it is important for family and school to be partners in addressing issues inherent to sexuality with children, in order to overcome prejudices and contribute to the construction of more human and egalitarian relationships.

KEYWORDS

Early Childhood Education; Contemporary Family; Sexuality.

RESUMEN

La sexualidad es parte de la vida humana y está relacionada con diferentes y complejos aspectos, como el biológico, psicológico, social, económico, político, cultural, ético, legal, histórico, religioso y espiritual. Por tanto, la sexualidad está presente en diferentes segmentos de la sociedad, incluido el ámbito familiar y escolar. Pero ¿qué dicen algunos familiares de niños que asisten a escuelas públicas sobre la sexualidad en el contexto escolar? A partir de esta problematización, se realizó una investigación con el objetivo de analizar las declaraciones de familiares de niños de escuelas públicas de Mato Grosso do Sul sobre cuestiones inherentes a la sexualidad en el ámbito escolar. La recolección de datos se realizó por medio de entrevistas grabadas individualmente con ocho familiares de niños de educación infantil y de los primeros años de la educación primaria de tres municipios del interior del estado de Mato Grosso do Sul. Los resultados muestran que, debido a factores religiosos, algunos miembros de la familia demostraron resistencia y temor a que se aborden temas relacionados con la sexualidad en la escuela, pero otros entienden que esto es necesario, especialmente porque los niños ya tienen acceso a mucha

información engañosa en las redes sociales. Por ello, se entiende que es importante que familia y escuela sean socios en el abordaje de cuestiones inherentes a la sexualidad con los niños, a fin de superar prejuicios y contribuir a la construcción de relaciones más humanas e igualitarias.

PALABRAS CLAVE

Educación Infantil; Familia Contemporánea; Sexualidad.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a contemporaneidade fez com que muitos estigmas acerca da palavra e função de uma família fossem reavaliados, dando a esta uma nova identidade que se distância da realidade patriarcal, e de acordo com o Código Civil de 2002 torna-se igualitária. Segundo este, também, reconhece-se novas constituições familiares como a monoparental³, formadas por mãe ou pai solo; e a homoparental⁴, formada por pessoas do mesmo gênero. Assim, surge a necessidade de compreender e resolver questões sociais que relacionam estrutura familiar, sexualidade infantil e educação. Desse modo, segundo Barreto:

A família contemporânea caracteriza-se pela diversidade, justificada pela incessante busca pelo afeto e felicidade. Dessa forma, a filiação também tem suas bases no afeto e na convivência, abrindo-se espaço para a possibilidade da filiação não ser somente aquela que deriva dos laços consanguíneos, mas também do amor e da convivência, como é o caso da filiação socioafetiva. (Barretos, 2013, p. 208).

Com a emergência dos novos modelos de família e discussões acerca de gênero e sexualidade, é preciso repensar a pedagogia de forma que englobe as diversidades, compreendendo e suprimindo as suas necessidades. Assim, o estudo da família e sexualidade em um país com grande diversidade e extensão, como o Brasil, se faz imperioso, visto que a constante mudança sociocultural, tem exigido também uma mudança estrutural, política e econômica de forma a abranger todas as relações familiares igualmente.

Por conseguinte, a escola juntamente com as famílias, precisam trabalhar de maneira conjunta para possibilitar discussões e a desconstrução de ideias preconcebidas, é essencial que haja preparo estrutural, estatal e pedagógico, para que a rotina educacional seja acolhedora para todos os envolvidos na sociedade escolar. Portanto, devemos considerar a conversação entre família e escola, para

3 Família monoparental é chefiada por apenas um dos progenitores ou adulto cuidador, como mãe, pai, avó, entre outros (Gonçalves; Farias, 2021).

4 Família homoparental é formada pela união de duas pessoas do mesmo sexo, podendo ser dois homens ou duas mulheres (Gonçalves; Farias, 2021).

que as crianças tenham um desenvolvimento pessoal e escolar pleno. Ao que completa Szymanski (2009), referente a esta relação:

O que ambas as instituições têm em comum é o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de função que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão. (Szymanski, 2009, p. 98).

Entretanto, quando o assunto é sexualidade, ainda se encontra dificuldades para estabelecer um diálogo, tanto por parte da família, quanto da escola. Mas o que se entende por sexualidade? Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 3), o termo se refere a “uma dimensão biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual”.

Fieira, Lorenzi e Gabliotto (2017, p. 3), corroborando com tais ideias, acrescentam que “A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações”; entretanto, se a sexualidade inclui todas essas dimensões, “nem todas elas são experienciadas ou expressas”.

Nesse sentido, Biscaro (2009, p. 39) considera que “[...] a sexualidade faz parte do nosso cotidiano sob diferentes formas de ser e de estar no mundo, apresentando-se como um processo não estático, ou seja, em constante movimento”. Para Louro (1998, p. 88), “[...] a sexualidade tem a ver com o modo como as pessoas vivem, seus desejos e prazeres, têm a ver, portanto, com a cultura e a sociedade, mais do que com a biologia”. A dimensão cultural também é destacada por Rodrigues e Wechsler (2014, p. 90), por entender que a sexualidade vai além do ato sexual em si, visto que se encontra marcada pela história, cultura e ciência, a qual inclui os afetos e sentimentos de cada sujeito.

É possível notar que de acordo com os autores a sexualidade se manifesta de diferentes formas em cada pessoa, e de acordo com a cultura que cada criança está inserida, ela já nasce com o ser humano e se manifesta dia após dia em um processo gradual desde quando a criança nasce até a velhice e morte, por esse motivo a sexualidade não pode ser controlada, e sim apresentada como algo comum na vida de todos.

Embora se tratando de um termo amplo, quando se trata da sexualidade infantil se observa muita resistência e receio por parte da família e dos educadores, muitas vezes devido a questões inerentes à moralidade, como já apontava Freud (1905), no início do Século XX. Ele percebia que:

Na medida em que prestam alguma atenção à sexualidade infantil, os educadores portam-se como se compartilhassem nossas opiniões sobre a construção das forças defensivas morais à custa da sexualidade, e como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável, pois perseguem como “vícios” todas as suas manifestações sexuais, mesmo que não possam fazer muita coisa contra elas. Nós, porém, temos todos os motivos para voltar nosso interesse para esses fenômenos temidos pela educação, pois deles esperamos o esclarecimento da configuração originária da pulsão sexual. (Freud, 1905, p. 43).

Com base no exposto, destaca-se que a pesquisa teve como objetivo identificar os dizeres de familiares de crianças de escolas públicas de Mato Grosso do Sul acerca das questões inerentes à sexuali-

dade no contexto escolar. O interesse em estudar essas famílias, parte da necessidade de compreender como a realidade atual foi impactada pelo passado e como essas famílias que estão se formando podem influenciar no conceito familiar do futuro, além da desconstrução das estruturas de gênero e da sexualidade infantil como um tabu.

2 METODOLOGIA

Diante do objetivo proposto, foi feita a opção pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa, mediante levantamento bibliográfico e de campo, em escolas sul-mato-grossenses, por se entender que:

[...] apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente. (Günther, 2006, p. 202).

Foi feito um levantamento bibliográfico, seguindo essa ideia, interpretando textos e ideias de forma crítica, buscando o entendimento das questões levantadas. Além disso, foram aproveitados os dados inéditos coletados em 2018 em seis instituições escolares públicas, sendo uma de educação infantil e uma de anos iniciais do ensino fundamental em cada um dos municípios de Dourados, Ivinhema e São Gabriel do Oeste.

O levantamento de dados foi realizado por meio da gravação de entrevistas individualizadas, a partir de um roteiro semiestruturado previamente elaborado. A escolha por este tipo de instrumento de pesquisa se deu por considerar que:

[...] entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (Bauer; Gaskell, 2008, p. 65).

Para a coleta de dados, as entrevistas foram gravadas com familiares de alunos de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, de escolas públicas do interior do Mato Grosso do Sul. Os entrevistados possuíam entre 27 e 54 anos e foi possível notar que a maioria deles não completaram o Ensino Fundamental. O perfil dos participantes da pesquisa encontra-se descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos participantes da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Parentalidade	Crianças
Amélia	40	3º ano E.F	Cozinheira	mãe	4º ano E.F
Bruna	32	5º ano E.F	Do lar	mãe	3º ano E.M

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Parentalidade	Crianças
Carlos	54	3º ano E.F	Pedreiro	tio	Pré-escola
Daniel	36	8º ano E.F	Vendedor	pai	1º ano E.F
Edson	32	5º ano E.F	Pintor	pai	5º ano E.F
Fabiana	37	5º ano E.F	Funcionária Pública	mãe	5º ano E.F
Giovana	27	1º ano E.M	Auxiliar de limpeza	mãe	Pré-escola
Hilda	27	E.M. completo	Cabelereira	mãe	1º ano E.F

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Após a gravação das entrevistas, os dados foram transcritos, sistematizados e analisados, cujos resultados, apresentados na sequência, evidenciam as opiniões predominantes dos familiares e responsáveis por crianças de escolas públicas, acerca de questões de gênero e sexualidade em âmbito escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao transcrever e analisar as entrevistas, foi possível notar que os homens tiveram uma certa cautela ou resistência ao responder as perguntas, sendo mais objetivos e não demonstrando muito a opinião pessoal. Além disso, algumas mulheres também se mostraram desconfortáveis com alguns questionamentos, sobretudo em relação à educação sexual nas escolas, evidenciando que se trata de uma temática silenciada em âmbito escolar e familiar.

Outras questões gerais percebidas nas entrevistas é que apenas alguns participantes relacionaram as informações e conhecimentos sobre sexualidade como uma possibilidade de evitar a violência sexual, que se apresenta em números crescentes no país (Sanches; Araujo; Ramos; Rozin; Rauli, 2019).

Sendo esse um assunto amplo e muitas vezes silenciado em âmbito escolar, a pesquisa se inicia questionando sobre os novos modelos de família e alguns participantes se mostraram contrários aos novos arranjos familiares, sobretudo quando se trata da família homoparental, formada por dois pais ou duas mães do mesmo sexo, como relata uma das mães:

[...] eu aprendi que um casal deve ser construído por homem e mulher. Fora isso, não tem como você construir uma verdadeira família. Fica uma coisa mentirosa, uma coisa falsa, fica uma coisa errada. Então eu não concordo, não acho certo e para mim, família vem de pai e mãe. É construída de pai e mãe (Bruna).

Essa resistência é motivada por um conservadorismo religioso cristão, visto que, em diversos momentos da entrevista, a participante cita ideias bíblicas para justificar seus argumentos. Assim ela analisa:

[...] a família, é igual eu falei agora, é pai, mãe e filhos. Isso é a família, foi isso que Deus construiu lá no passado, quando ele criou Adão e depois criou a Eva. Então, ele tem prazer no homem e na mulher. Se ele construiu o homem e ele construiu a mulher, foi justamente porque ele tem prazer na família (Bruna).

Daniel, por sua vez, considera que se trata de um assunto complicado e preferiu não expor sua opinião sobre famílias homoparentais. Evidencia-se, assim, que há uma certa relutância a respeito das novas construções parentais, principalmente devido às influências religiosas, como explicam Noronha e Parron (2012, p. 3): “[...] com a ascensão do Cristianismo, a Igreja Católica assumiu a função de estabelecer a disciplina do casamento, considerando-o um sacramento. Assim, passou a ser incumbência do Direito Canônico reger o casamento, fonte única do surgimento da família”.

Historicamente, a Igreja Católica ditou e continua ditando as regras do matrimônio, interferindo no entendimento do que é considerado família, a ponto de algumas pessoas considerarem que os arranjos familiares, que não atendem aos padrões tradicionais, interferem no aspecto emocional dos filhos, como foi citado por um dos pais, aqui identificado por Edson: *Hoje é normal a gente ver esses casos, mas, para as crianças, acho que é meio complicado. Tipo assim, ter um pai que é casado com um outro homem ou a mãe que tem outra mulher junto, acho que mexe com o psicológico deles.*

É notável que os pais projetam suas próprias dificuldades para lidar com as questões e atribuem essa questão às crianças, como pode ser observado no relato de uma das participantes.

Eu não sou contra, cada um tem que cuidar da sua própria vida. Assim, faz o que quer. Só que, mexer com criança? E a cabeça dessas crianças vai crescendo como? São duas mulheres cuidando, aí essa é o pai, essa é a mãe. É estranho, não é? Eu acho, imagina tudo isso para uma criança. (Fabiana).

Assim, vemos que Edson e Fabiana demonstram preocupação com a mesma questão: o aspecto psicológico e o entendimento das crianças a respeito da sua família. O desenvolvimento saudável infantil é colocado em dúvida, pois os pais partem de suas próprias ideias já pré-concebidas. Mas, apesar da imposição social heteronormativa⁵, a criança crescerá inserida nesse contexto e, possivelmente, lidará com facilidade com as questões inerentes à gênero e sexualidade. Sobre isso, Oliveira (2016, p. 2) assevera:

Muitos são os estudos que abordam a questão e, apesar da ausência de unanimidade de opiniões, a sua grande maioria aponta para a não existência de diferenças significativas relativamente ao desenvolvimento cognitivo, psicossocial e sexual entre crianças educadas numa família normativa e em contexto homoparental. (Oliveira, 2016, p. 2).

⁵ O termo refere-se a uma obsessão de que a sexualidade normatizante ou entendida como “normal” é a apenas a heterossexual (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

Ou seja, o amparo e acompanhamento psicológico é importante durante a infância e não apenas no contexto homoparental, mas de maneira geral, o desenvolvimento da criança não é afetado exclusivamente por essa questão. Assim, Oliveira (2016) argumenta:

[...] crianças com pais homossexuais tendem a apresentar atitudes mais liberais quanto ao desempenho de papéis de gênero e aparentam ser mais esclarecidas quanto à sua própria sexualidade, provavelmente fruto de uma educação mais sensível a este tema. O consenso surge quando consideram a qualidade da relação parento-filial mais importante que a orientação sexual dos pais, evidenciando os efeitos nefastos da homofobia, do preconceito e da discriminação. (Oliveira, 2016, p. 2).

A dificuldade que alguns dos entrevistados apresentam em validar os laços familiares diferentes, surge também da concepção de família estruturada x desestruturada, com a ideia de que crianças de famílias entendidas como desestruturadas, possuem menor desenvolvimento e rendimento escolar. Gonçalves e Eggert (2019, p. 11) completam:

Outro aspecto preocupante em atribuir o fracasso escolar dos alunos às famílias vistas como desestruturadas, é devido ao estereótipo de que as famílias tradicionais e de classe média atenderiam ao modelo ideal, enquanto que pessoas de camadas populares seriam desprovidas de estrutura familiar. (Gonçalves; Eggert, 2019, p. 11).

Apesar de se mostrarem resistentes aos novos modelos familiares, grande parte das pessoas entrevistadas acredita que esses modelos não interferem no trabalho realizado pela escola. Carlos, tio de um aluno de ensino fundamental, diz que acredita não haver nada que a escola possa fazer, já que, em suas palavras já está tudo liberado mesmo.

Sete, entre oitos entrevistados, afirmam desconhecerem casos de crianças que são alvos de *bullying* escolar, motivado por questões de sexualidade ou de gênero. É importante se questionar, então, se essas práticas preconceituosas estão de fato fora das escolas, ou apenas são normalizadas ao ponto de não receberem atenção necessária para sua erradicação. Nesse sentido, uma mãe relata:

Eu venho nas reuniões, às vezes fico na fila com ela até ela entrar e eu não vejo nada além de criança brincando. Brincadeira bruta, onde um empurra o outro, de discutir. Além disso, não vi ainda nada de preconceito. Aqui dentro acho que está correndo tudo bem, nunca vi história nenhuma sobre preconceito aqui. É passado nas reuniões, é passado para os alunos como se deve agir, talvez por isso deve estar funcionando bem (Amélia).

Assim, ao citar as reuniões escolares, a entrevistada volta para um ponto importante: o trabalho da escola. A instituição escolar, além da função de educar, possui também a função de socializar as crianças e prepará-las para a vida. Considerando que a sociedade é múltipla e diversa, cabe então a escola encaminhar os alunos para uma conduta ética, respeitosa e acolhedora com as minorias sociais. Dessa forma, Madureira (2007) pondera:

[...] lidar de forma construtiva com a diversidade na escola pressupõe disponibilidade para visualizar as várias verdades presentes nas relações entre os atores sociais, sem o olhar que hierarquiza e depois exclui algumas verdades em nome de padrões sociais rotulados como indicadores de normalidade. (Madureira, 2007, p. 89).

Quanto a essa questão, a entrevistada Hilda considera que a escola deve fazer o básico como acionar os pais dos alunos e cuidar para que práticas de *bullying* escolar não façam parte do cotidiano das crianças. Mas, essa é uma visão simplista do trabalho que deve ser realizado pela gestão escolar. Gomes (2015, p. 23) então explica:

Uma possibilidade de conseguir estes espaços para estudar os métodos para construção de aprendizagem é ter uma gestão que atue de maneira consciente, democrática, e que acima de tudo acredite que uma educação de qualidade passa pelo respeito e pela liberdade, só assim a escola será um órgão de afirmação de cidadania e promoção social.

Dessa forma, compreendemos a importância de a escola trabalhar questões de gênero e sexualidade, de forma a validar a democracia e a diversidade cultural presente na nossa sociedade. Além disso, a educação sexual, por exemplo, é uma forte aliada para a prevenção de assédio sexual em ambientes que deveriam ser seguros e confiáveis para as crianças, como o seu núcleo familiar. Ensinar sobre o corpo humano, limites e consentimento, é uma forma, inclusive, de identificar violências e denunciá-las. Para contextualização, segue dados da *Cable News Network* (CNN) Brasil, citados por Oliveira (2022):

Um levantamento da Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre os anos de 2017 e 2022, mostrou que o Brasil registrou 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos uma média de quase 45 mil casos por ano. Dos envolvidos, crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas. (Oliveira, 2022, on-line).

Diante dessas informações, fica mais evidente a urgência de as escolas trabalharem gênero e sexualidade desde a Educação Infantil como uma forma de prevenção primária e conscientização das crianças e jovens. Nesse sentido, Almeida, Silva e Vieira (2020) argumentam:

[...] garantir a segurança das crianças e dos adolescentes contra a violência sexual é buscar adotar medidas, desde os primeiros anos de vida, que visem ensinar a criança sobre o seu próprio corpo e os limites que devem ser estabelecidos entre ele e os outros indivíduos de seu convívio, configurando a educação sexual. Tais medidas podem ser realizadas por meio de atividades como leitura de livros e a utilização das ferramentas digitais a favor da educação sexual. (Almeida, Silva; Vieira, 2020, p. 478).

Ainda assim, mesmo diante das estatísticas e da procura por uma prevenção contra a violência sexual que assombra crianças e adolescentes, a família se mostra resistente à educação sexual nas escolas, principalmente nos primeiros anos. Uma mãe relata sobre aulas a acerca da sexualidade que sua filha teve na escola:

Eu não gostei. Eu tenho minha filha de 10 anos, quem tem que ensinar e falar com ela, sou eu. [...] Eu acho assim, ela fez 10 anos, eu que tenho que chegar e falar, é assim e assim... Você vai aprender na escola daqui para frente. (Fabiana).

Fabiana ainda afirma que, se souber que a filha terá aulas de educação sexual, ela não leva a criança para a escola naquele dia e que é um erro da escola não avisar a programação desse tipo de conteúdo. Já a entrevistada Giovana diz que entende a importância da educação sexual, porém acredita que depende da faixa etária que a criança se encontra, para sua filha que estuda na pré-escola, por exemplo, ela não concorda.

Entretanto esse pensamento não é unânime. Alguns familiares reconhecem a importância de tratar esses assuntos na escola, de maneira clara, informativa e acolhedora. Sobre as aulas envolvendo a temática sexualidade, a entrevistada Bruna argumenta:

[...] no mundo que a gente vive hoje, não é um absurdo, não é uma coisa de outro mundo. Porque o que eles vão aprender na escola, é bem provável que eles vão aprender lá na rua muito pior, porque eles vão aprender na prática. Então, eu acho melhor, acho bom porque aqui em casa eu também dou aula de sexologia para minha filha. (Bruna).

Também questionado sobre essas aulas, Edson, pai de uma criança do 5º ano, diz: Para mim seria normal, porque é o que acontece no mundo e não tem como fugir. É normal porque as crianças já vêm como está na rua então, tem que conversar, seria bom conversar.

Ou seja, vemos alguns familiares preocupados com essas questões, mesmo com receio muitas vezes, enquanto outros, embora entendam a relevância de abordar temas como sexualidade e gênero nas escolas, se mostram contrários a esses ensinamentos e muitos se dizem preocupados, principalmente com a exposição de mídias explícitas para as crianças. Por isso é essencial a comunicação entre escola e família, para que se entenda que apesar da sexualidade ser um tema que deve estar presente desde a educação infantil e ensino fundamental, pois cada faixa etária vai se deparar com um conteúdo adequado para a sua idade e período de desenvolvimento. Dessa forma, Almeida *et al.* (2020) explicam:

A adoção de ferramentas lúdicas, como dramatização, desenhos e músicas, também se configura como importantes, visto que, as crianças menores, em geral, aprendem com o brincar e com o processo de repetição. Todas essas medidas devem ser adotadas tanto pela família, quanto pelos educadores responsáveis por essas crianças. (Almeida *et al.*, 2020, p. 478).

Evidencia-se que é muito importante abordar assuntos cotidianos com as crianças, respeitando as fases em que elas se encontram e tornando a educação lúdica e esclarecedora. Trabalhar gênero e sexualidade desde a infância é essencial para o desenvolvimento ético e democrático do indivíduo, além de ser um meio de garantir sua segurança e proteção. Manter a criança alheia à realidade, não vai protegê-la daquilo que a família considerada errado, mas instruí-las da maneira correta, pode futuramente minimizar efeitos negativos que observamos em nossa sociedade atualmente, resultados da ignorância.

Ao reconhecer a necessidade de a escola trabalhar sobre a diversidade de conhecimentos com as crianças, Edson diz: *“Deveria conversar mais com os alunos, instruir mais. Ensinar como que está o mundo, que está bem diferente. Em todo sentido, não só de homossexual, mas das drogas também. Dar mais atenção, para a pessoa acostumar e não ficar transtornada.* O pai ainda completa, dizendo que as crianças têm muito tipo de informações na internet e, por isso, receber a instrução corretas da escola se torna necessário. Também uma mãe de criança destaca: *as crianças estão muito espertas e elas vão criar cada dia mais cedo a curiosidade de saber. Eu acho que os pais têm que conversar, na escola a gente tem que ensinar mais cedo do que antigamente para elas não terem essa curiosidade”* (Amélia).

Apesar da resistência encontrada durante a pesquisa e da dificuldade para alguns familiares responderem, foi possível notar que estamos caminhando nas questões de sexualidade e gênero dentro das escolas, contudo ainda há muito trabalho a ser feito. As pessoas possuem conceitos e ideais enraizados em si, mas é importante lembrar que a educação é democrática e um direito de todos. A relação entre família e escola torna-se indispensável para o desenvolvimento pleno e seguro das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, reitera-se que é necessária a discussão sobre sexualidade no contexto escolar pois, como discutido, o Brasil tem presenciado inúmeros casos de estupro de vulnerável. Todavia, é importante que esta abordagem relacionada ao contexto introduzido da família contemporânea, para se evitar o preconceito. Desse modo, faz-se necessário que estas crianças tenham conhecimento acerca dos perigos que as rodeiam relacionados à sexualidade, assim como a normalidade igualitária perante os diversos tipos de família.

Sendo assim, foi considerada relevante a pesquisa de campo realizada, em que possibilitou identificar a opinião da família dos alunos de escola pública as questões apresentadas sobre a sexualidade no contexto escolar. Em um primeiro momento, foi nítido que existe um embasamento religioso e uma projeção própria dos entrevistados em seus próprios filhos, parentes ou outras crianças, impossibilitando então, que eles compreendessem a real importância que permeia na segurança das crianças no mundo contemporâneo.

Foi evidenciado, também, o receio que as famílias têm ao abordar questões inerentes a sexualidade na escola, sem, contudo, elas perceberem que se trata de uma forma de proteção à violência sexual infantil que são muito recorrentes no Brasil. E embora alguns familiares demonstraram resistência à abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, outros entendem que é necessário, inclusive porque as crianças já têm acesso a muitas informações equivocadas nas mídias sociais.

Assim, entende-se que é importante que família e escola se envolvam com questões inerentes à sexualidade, a fim de superar preconceitos, visando a construção de relações mais humanas e igualitárias. Acredita-se que a partir da união entre a família e a escola será possível orientar adequadamente as novas gerações para entenderem sobre os seus direitos, inclusive de proteção, bem como o direito e respeito em relação aos outros, que devem predominar em âmbito escolar e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vitória Braz; SILVA, Rita de Cássia Ramires; VIEIRA, Ana Carolina Santana. Fortalecendo a educação sexual desde a infância: ações para conscientização e prevenção da violência sexual INFANTIL. **Gep News**, v. 5, n. 1, p. 473-480, 2021.

BARRETO, Luciano Silva. **Evolução histórica e legislativa da família**. 2013.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. 2009, 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_reflexoes_sobre_o_trabalho_de_campo.pdf Acesso em: 12 jun. 2022.

FIEIRA Jaqueline Tubin; LORENZI, Franciele; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. Sexualidade e escola: o desenvolvimento da sexualidade infantil a partir da psicanálise. Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos indenitários e pluralidades de gênero (SIES), 5, 2017. **Anais[...]**, Maringá: UEM, 2017.

FREUD, Sigmund. **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIAS, Luciana Ximenes Gomes. Educação, escola e sociedade: a relação da escola com as famílias homoparentais. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 13, n. 31, p. 164-184, set./dez. 2021.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 14, e25, p. 1-6, 2021.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola:** a construção de uma cultura democrática. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. A evolução do conceito de família. **Revista Pitágoras**, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2012.

OLIVEIRA, Ingrid. Das 4.486 denúncias de violação infantil em 2022, 18,6% estão ligadas a abuso sexual. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2022-tem-4-486-denuncias-de-abuso-infantil-maioria-dos-casos-acontece-com-meninas/> Acesso em: 13 jun. 2022.

OLIVEIRA, Raquel Andreia Gonçalves. **Homoparentalidade e desenvolvimento infantil**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto, PT, 2016.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

RODRIGUES. Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Caderno de educação:** ensino e sociedade, Bebedouro, SP, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014.

SANCHES, Leide da Conceição; ARAUJO, Gabriela de; RAMOS, Marina; ROZIN, Leandro; RAULI, Patricia Maria Forte. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 21 fev. 2019.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Liber livro, 2009.

1 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela mesma instituição. Professora dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Docente do curso de Pedagogia do Campus de Naviraí (CPNV/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado à Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe (ALEC). Bolsista Produtividade Fundect/CNPq. E-mail: josiane.peres@ufms.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7005-849X>

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí (CPNV). Atuou como bolsista Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.
E-mail: thalyne.jg2@gmail.com

Recebido em: 15 de Abril de 2025

Avaliado em: 27 de Julho de 2025

Aceito em: 19 de Julho de 2025



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Educação



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

